

de”, da “experiência” e da “vida quotidiana”. Essas não deixam de ser reconhecidas como dimensões importantes e são exploradas com subtilidade na etnografia realizada, mas sem que sejam descurados aspectos decisivos da reprodução social num contexto capitalista. Como os autores fazem questão de notar, por muito que tenhamos entrado numa condição pós-moderna ou numa sociedade pós-industrial, estamos longe de ter saído duma sociedade em que a reprodução da vida quotidiana assenta na produção de mercadorias produzidas através de um sistema de circulação de capital regido pela lógica própria da rentabilidade e do lucro. Essa e outras correntes de força que subjazem à experiência do dia-a-dia, geradas na história ou em esferas de poder longínquas, vêm cruzar-se numa abordagem multidimensional e a várias escalas que integra, de maneira sempre dialéctica, desde as práticas sociais observadas aos modelos teóricos e conceitos construídos.

Estas são algumas das razões que fazem com que a reconstrução do projecto etnográfico aqui referida de início seja feita nos termos daquilo a que os autores chamam de realismo histórico, designação essa que denota também o reconhecimento da necessidade de embeber a história na observação do presente, e de encarar para todos os efeitos cada pessoa como um sujeito e agente social historicizado. Mas este modo de fazer antropologia arranca antes de mais da porventura contra-intuitiva convicção — convicção essa argumentada também ela historicamente no domínio temático próprio da obra — de que a abordagem etnográfica é particularmente adequada e se encontra especialmente bem colocada para a compreensão da economia e da sociedade no mundo complexo e fracturado de hoje.

Manuela Ivone Cunha

Universidade do Minho — NEA, CEAS, IDEMEC

NOËL BARBE & SERGE LATOUCHE (EDS.)

ÉCONOMIES CHOISIES? ÉCHANGES,

CIRCULATIONS ET DÉBROUILLE.

Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004, 209 pp.

Não haverá muitos livros de antropologia como *Economies Choieses?*, que se debrucem sobre os fenómenos económicos do mundo contemporâneo. Como nota um dos organizadores, Noël Barbe, referindo-se especialmente ao contexto francês, a antropologia económica é hoje um pálido reflexo do que foi outrora — tendo em conta as contribuições fundamentais de autores como Marcel Mauss, Louis Dumont ou Maurice Godelier —, circunstância que se torna ainda mais intrigante se nos lembrarmos que “estamos no centro de algo que é reivindicado como uma característica da modernidade” (p. 195). Daí a oportunidade desta obra, resultante de uma série de investigações promovidas pela *Mission du Patrimoine Ethnologique* e incidindo sobre as formas recentes da “economia informal”, num contexto marcado por evoluções profundas nos domínios da produção e da circulação.

No preâmbulo é-nos explicado que a economia dita “informal”, supostamente mais vulnerável aos ditames da vida social, se perfilava como um terreno de eleição para etnógrafos, ao mesmo tempo que era sistematicamente descurada pelos economistas. Trata-se, claro, de apresentar um ponto de partida, devidamente posto em causa pelo mesmo Noël Barbe, reconhecendo que uma concentração exclusiva no universo da informalidade acaba por ajudar à reificação da separação entre a economia dominante, “formal”, “dura”, “científica”, e as economias “atípicas e marginais” (p. 203). Mas como acerca destas últimas o conhecimento antropológico é igualmente parcial, compreende-se melhor que a focagem comece por privilegiar o exótico em vez do convencional, o alternativo em vez do normativo, o minoritário em vez do hegemónico.

Entre os colaboradores no volume encontramos sociólogos, antropólogos e economistas. A abordagem é eminentemente etnográfica, sendo vários os contextos e as actividades apresentadas como exemplo de “economias escolhidas”. Numa primeira parte dedicada aos laços formados por relações de permuta, Smaïn Laacher e

Richard Lauraire oferecem-nos duas perspectivas sobre os sistemas de trocas locais de serviços e objectos; Nathalie Joly e Jean-Pierre Sylvestre falam-nos de redes de trocas recíprocas de saberes; Véronique Manry e Michel Peraldy analisam os meandros do comércio a retalho praticado numa feira de Marselha. Em qualquer dos casos, procede-se a um exame detalhado das relações entre a esfera social e a esfera económica, com especial destaque para a questão da reciprocidade e do equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe.

Uma segunda parte, versando sobre as circulações inerentes às novas formas de migração, traz-nos artigos de Lamia Missaoui e Alain Tarrius sobre as redes transnacionais de produção de artigos clandestinos envolvendo imigrantes tunisinos; de Liane Mozère sobre empregadas domésticas filipinas em Paris; e de Claire Schiff sobre jovens imigrantes turcos em França, trabalhando nos sectores do vestuário, da construção e da alimentação. E o que sobressai é a postura ambivalente destes actores, definida como um “entre-deux”, isto é, uma vida que se desenrola simultaneamente entre o país ou região de acolhimento (onde os novos imigrantes residem e trabalham) e o país ou região de origem (onde têm família, onde montam os seus negócios e para onde alguns esperam regressar).

Numa terceira parte, dedicada a actividades de “desenrasque” (*débrouille*) situadas aquém ou além do emprego assalariado, Orsetta Bechelloni escreve sobre o comércio de velharias e antiguidades; Fabrice Liégard sobre o trabalho nas comunidades Emaús; Monique Le Chêne sobre a apanha de isco numa baía próxima de Caen; e Elena Daporto sobre companhias de artistas de rua. A atenção centra-se agora sobre os produtos e objectos trocados ou (no caso particular das comunidades Emaús) sobre os próprios sujeitos da troca, descrevendo os processos de qualificação / desqualificação / requalificação a que ambos estão sujeitos.

Do ponto de vista etnográfico, os resultados são globalmente interessantes, tendo o leitor acesso a diversos excertos de entrevistas, relatos biográficos, crónicas de locais e actividades e, claro, descrições de situações de interacção. É verdade que muita desta informação aparece editada num formato diferente ou mesmo inserida em caixas, o que, se por um lado facilita

a sua identificação, não deixa de transmitir a essa informação um carácter opcional — como se se tratasse de conteúdos que um leitor mais apressado pudesse dispensar.

Não obstante a pertinência da tripartição temática que ditou a sua ordenação, verificamos que os contextos e actividades abordados partilham outras afinidades entre si: assim, o comércio praticado na feira de Marselha cruza-se com as redes de imigração ligadas à produção de vestuário contrafeito, enquanto os serviços domésticos prestados pelas imigrantes filipinas são frequentemente idênticos aos oferecidos por determinados participantes nos sistemas de trocas locais. Como observa o economista Serge Latouche, na introdução da obra, a marginalidade é uma constante nos casos tratados e o espectro do desemprego paira sobre a maioria deles, relacionando-se com a recessão estrutural do trabalho nas sociedades industrializadas (pp. 2-3). Outra linha de força sublinhada por Latouche (p. 2) é a da complementaridade existente entre estes sistemas económicos “escolhidos” e os processos da economia mais formal, e que se manifesta de inúmeras maneiras: através da insinuação de um calculismo económico no funcionamento dos sistemas de trocas locais, ou através do aproveitamento de uma última réstia de valor em mercadorias altamente desvalorizadas por parte dos feirantes de Marselha, ou ainda através da requalificação financeira do que já só tinha valor sentimental ou simbólico por parte dos negociantes de velharias. Em rigor, deparamos menos com verdadeiras alternativas do que com complementaridades — ou com uma hibridização entre as lógicas da dádiva e do mercado, para citarmos novamente Latouche, (p. 2).

Seria óptimo que também pudéssemos falar de uma complementaridade entre a minúcia etnográfica e a contextualização teórica, mas esta é uma mistura que terá ficado por fazer. Se exceptuarmos o posfácio de Noël Barbe, um texto competente na sua descrição do estado da arte da antropologia económica (ainda que por vezes demasiado descritivo e pouco problematizante), as restantes contribuições não se aventuram tanto pelo universo da teoria, ou fazem-no de forma passageira. Gostaríamos, mesmo assim, de destacar dois exemplos que nos parecem contrariar esta tendência.

Em primeiro lugar, o artigo de Véronique Manry e Michel Peraldi sobre a feira de Marseilha, onde se avança a ideia de que a participação nos negócios acaba por gerar, à sua maneira, “mais rede e ligação social do que a pertença a uma ‘natureza’ étnica ou comunitária” (p. 52). Por outras palavras, aqui é a economia que faz sociedade, que “funda o princípio comum de estar em conjunto na feira”, para depois se subordinar a ele (p. 57). A argumentação não é totalmente clara — tão depressa se diz que o laço assente nos negócios não cria “uma dependência forte” e que “o controlo e a pressão social se dissolvem num universo fluido, permeável à mudança” (p. 51), como se afirma, num sentido ligeiramente diferente, que “todos os actores da cadeia mercantil estão unidos por laços de dependência, de dívidas, de poder e de subordinações” (p. 54) —, nem permite dissipar todas as dúvidas acerca da interferência de sociabilidades prévias (de pendor “étnico”, familiar ou comunitário) na organização e no funcionamento da mencionada feira. Em todo o caso, estamos perante uma proposta que merece ser levada a sério.

Em segundo lugar, o artigo de Monique Le Chêne sobre a apanha de isco, que fica apenas a um pequeno passo de questionar o conceito moderno de trabalho assalariado, tão central para a economia industrializada, quando diz que os apanhadores de isco são vistos como pessoas “marginais”, “predadoras”, “esbanjadoras” (p. 167) — uma visão estereotipada aplicável a muitos outros grupos que sobrevivem à custa de expedientes diversos e flexíveis.

Digamos, para concluir, que a contextualização etnográfica é uma tarefa exigente e que por vezes se sobrepõe a tudo o resto. Sob este prisma, temos de reconhecer o valor das contribuições de *Economies Choisies?*, ainda que nem todas tenham o alcance teórico mais desejável.

Daniel Seabra Lopes

Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

SÓNIA SILVA

A VEZ DOS CESTOS. TIME FOR BASKETS

Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus e Ministério da Cultura, 2003, 186 pp.

“Damos pouca atenção aos cestos que nos rodeiam, mas os cestos estão cheios de ensinamentos. Os objectos de cestaria angolana e zambiana que agora expomos pela primeira vez revelam a criatividade e mestria dos artistas que os criaram, e das pessoas que os utilizaram; as ideias que orientaram os seus colectores e os representantes deste museu; e até a história política de Angola” (legenda da abertura da exposição *A Vez dos Cestos*).

Prestamos pouca atenção aos cestos que nos rodeiam, mas é através deles que Sónia Silva tratou a história de Angola dos últimos cem anos. Os objectos de cestaria que apresentou na exposição do Museu Nacional de Etnologia são “objectos-testemunho”, como os designava Ernesto Veiga de Oliveira, das vivências dos seus construtores e utilizadores, da história de populações sobreviventes à experiência colonial, à guerra civil, às deslocações forçadas. Sónia Silva olhou-os, estudou-os, reconstituiu a história da sua recolha, juntou novos objectos, falou com colectores e produtores, e finalmente concebeu a exposição e catálogo onde nos apanha na teias do seu encantamento por estes objectos aparentemente esquecidos na (pela) sua normalidade. A exposição, inebriante pela narrativa criada em torno dos objectos e representações expostas, viveu o tempo efémero dos conjuntos expositivos, entre 2003 e 2005. Mas o relato-descoberta em que Sónia Silva nos conduziu pela história de populações refugiadas, sobreviventes, adaptadas, ao longo último século de convulsões sociais, políticas e económicas das populações luvale de Angola, foi transposto para o catálogo-livro-objecto que escreveu e que passa além da efemeridade expositiva.

Este livro — pois trata-se de uma obra que ultrapassa os limites informativos e discursivos habituais dos catálogos expositivos — assume-se como um percurso de reconhecimento da vida social dos objectos, retratando a sua biografia em relatos vívidos. Elementos profundamente imbuídos da história social de Angola, pela visão de Sónia Silva os cestos falam-nos diferentemente de três épocas da história de Angola: até